

# O discurso de ódio em debates públicos sobre o preconceito linguístico nas mídias sociodigitais<sup>50</sup>

*Anderson FERREIRA*<sup>51</sup>

*Izilda Maria NARDOCCI*<sup>52</sup>

*Bárbara Gomes CITELLI*<sup>53</sup>

*Iasmim C. R. BRILHANTE*<sup>54</sup>

---

50 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES/PNPD) – Número do Processo: 88887.363124/2019-00 e da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

51 Doutor em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, São Paulo-SP e coordenadora pedagógica da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: anderson-ferreirasp94@gmail.com

52 Doutora em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo-SP, e coordenadora pedagógica da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: izildamaria.nardocci@gmail.com

53 Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: barbara.citelli@hotmail.com

54 Graduanda em Direito no Centro Universitário de Lavras, Lavras-MG. Graduanda em Letras, Universidade Federal de Lavras-UFLA. E-mail: iasmin.brilhante@gmail.com

## *Considerações iniciais*

Neste capítulo, nosso objetivo é analisar o discurso de ódio em debates públicos “mais abertos” sobre o preconceito linguístico nas mídias sociodigitais. Trata-se de uma contribuição para os estudos do discurso e da cultura, a qual se volta para as questões sobre língua e linguagem, particularmente, sobre o preconceito linguístico. Partindo desse ponto de interesse, evocamos as discussões atuais acerca do discurso de ódio e de seus possíveis desdobramentos jurídicos. Ancoramos, assim, o presente trabalho num quadro teórico-metodológico interdisciplinar que mobiliza questões do Direito, da Filosofia do Direito, dos Estudos Culturais e da Linguística.

O *corpus* de análise foi constituído de um recorte sobre debates “mais abertos” nas mídias sociodigitais, que tiveram início em uma prática de preconceito linguístico. Propomo-nos analisar dois debates. No debate 1, são considerados textos das mídias jornalísticas – notícia e recortes que essas mídias utilizam nas redes sociais dos enunciadores-perfis (discurso citado). No debate 2, seguimos os comentários da página “Falei errado? O problema não é meu, é seu”, acerca de um *post* sobre preconceito linguístico. Desses comentários, selecionamos um que usava o termo “mulambada” para se referir a quem fala “errado”.

Afora esta Introdução, o texto se divide em três seções mais as Considerações finais. Na próxima seção, faremos uma discussão sobre o tema no campo do Direito; na seção seguinte, recuperamos o debate sobre língua, linguagem e diversidade, para, na última seção, procedermos às análises.

## *Liberdade de expressão, discurso de ódio e difamação de grupos*

A liberdade de manifestação do pensamento é um importante direito assegurado pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, IV, sendo vedado, no mesmo dispositivo, o anonimato. Por iguais razões, o disposto no inciso IX da supracitada Carta garante a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Da leitura e interpretação desses dispositivos constitucionais, entendemos ser, portanto, como um direito, a liberdade do indivíduo de produzir sem nenhum revés toda e qualquer espécie de manifestação (intelectual, artística, científica e de comunicação). A propósito, a livre vontade do indivíduo também se exterioriza por outras formas e canais que não se limitam à mera consciência intelectual e à livre manifestação genericamente definidas (CINTRA, 2012, p. 54).

Inserido no rol dos direitos fundamentais de primeira geração, o princípio da liberdade de expressão divide-se em três direitos básicos: o direito à livre escolha de ideias; o direito à livre manifestação, ou não, de ideias; e o direito de resistência à opressão. Com isso, restringe-se ao máximo possível a ingerência do poder público, ao mesmo tempo que amplia ao máximo o espaço de autodeterminação individual, a qual é a base do chamado Estado liberal (BOBBIO, 1988). Sob esse prisma, a liberdade de expressão pode ser compreendida não como o direito de todo o indivíduo poder exteriorizar suas ideias, mas, em particular, como o direito de todo indivíduo exercer, através de seu discurso, uma prática social concreta, mediante suas variadas formas: pela religião, pela ideologia política, pela imprensa, pelas artes, entre outros (MARCONDES, 2000).

Apesar de não haver hierarquia entre os direitos fundamentais, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que a liberdade de expressão, como manifestação do regime democrático, goza de uma posição preferencial diante de uma eventual colisão com outros princípios. Entretanto, somos levados a discordar de tal entendimento, haja vista que a liberdade de expressão não é absoluta, portanto, encontra restrições voltadas ao combate do preconceito e da intolerância contra minorias sociais estigmatizadas, com fundamento na dignidade da pessoa humana. Mas, apesar da suposta posição preferencial da liberdade de expressão adotada pelo STF, o discurso de ódio não foi por ela, até o presente momento, abrangido. Em face dessas razões, constatamos que um dos limites à liberdade de expressão é o discurso de ódio.

Ao compreendermos o discurso de ódio como um conjunto de enunciados que ofenda, insulte ou discrimine um grupo social específico, cujos integrantes se reúnem pela cor, raça, classe, etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual, gênero ou deficiência, avaliamos que esse discurso se relaciona com práticas discriminatórias e violentas. Assim, quando atribui às diversidades social, cultural e linguística, uma valoração negativa, o discurso de ódio impõe ao *outro* uma posição intransigente ao que profere o ato de fala.

A esse propósito, vale repisar: o discurso de ódio se define por meio de uma manifestação insultuosa, de natureza intolerante e odiosa, que se dirige contra um grupo social minoritário, o qual é instrumentalizado, vulgarizado e inferiorizado pelo ofensor, inserido, portanto, em uma relação binária e desequilibrada, em que é constricto um patamar inferior ao do ofensor, ou associado a um conjunto de valores depreciativo, conforme enfatiza Cintra

(2012).<sup>55</sup>

A título de exemplo, aquele que profere palavras ou as materializa em símbolos linguísticos compreensíveis, dependendo das circunstâncias concretas em que as faz, realiza uma ação relevante para o Direito Penal. Nessa esteira, os delitos cometidos por meio de palavras são tratados como delitos contra a honra (ações de injúrias, difamações e calúnias), mas podem constituir também tipos penais de ameaças, falso testemunho, incitação à discriminação ou preconceito, apologia ou participação por instigação em delitos dolosos. Os bens jurídicos ofendidos, em qualquer caso, divergem em duas correntes, mesmo que se reconheça que em ambas se re-tratam delitos cometidos por palavras.

A primeira corrente, aparentemente mais liberal, capitaneada pelos Estados Unidos, sustenta uma progressiva extensão e prevalência da liberdade de expressão sobre outros direitos constitucionais, o que permite tolerar qualquer manifestação de ódio; dando-lhe, por conseguinte, proteção quase que total. Nessa seara, o entendimento daquela Suprema Corte paira no fato que somente é cabível a intervenção estatal nos casos do discurso de ódio (*hate speech*), caso haja um perigo claro e iminente de que uma ação concreta venha a violar outro direito fundamental.

---

55 Ainda sobre este ponto, Waldron ressalta que muito do que é chamado de discurso de ódio é, na verdade, insulto ou ofensa. O discurso de ódio propriamente dito, e que deve ser reprimido criminalmente e, de acordo com o autor, é aquele de caráter racial ou religioso e que tenha impacto direto na dignidade da vítima, repercutindo na sociedade. Assim, de acordo com o autor, o dano à dignidade seria mais apropriadamente conceituado se denominado de “difamação de grupo” [*group libel*], ao invés de “discurso de ódio”, pois se trata de uma difamação escrita, ou que se perpetua, que se propõe a tornar [a pertença a um grupo] uma responsabilidade, maculando características definidoras do grupo ou associando-as a afirmações factuais intolerantes que são fundamentalmente difamatórias (WALDRON, 2012 *apud* SHECAIRA, 2018).

Judith Butler esclarece esse ponto quando comenta acerca da análise de Cover (1986 *apud* BUTLER, 2021, p. 83) sobre o processo jurídico contra o discurso de ódio, na medida em que esse discurso advém do próprio poder judiciário:

*Os defensores de ações legais contra o discurso de ódio foram obrigados a mudar sua análise para reconhecer que outros agentes além dos governos dos ramos governamentais exercem o poder de produzir injúria por meio das palavras. Para esse fim, estabelece-se uma analogia entre a ação do Estado e a ação civil, de tal forma que se reconhece que ambos os tipos de ação têm o poder de negar direitos a liberdades protegidas pela Cláusula de Proteção Igualitária da Constituição dos Estados Unidos. Consequentemente, uns dos obstáculos aos esforços contemporâneos para penalizar legalmente o discurso de ódio é o fato de que a “doutrina da ação estatal, permite recurso à Cláusula de Proteção Igualitária em tais casos, presumindo que somente os governos podem ser agentes de tratamento prejudicial que resulta na privação de direitos e liberdades (BUTLER, 2021, p. 83).*

A segunda corrente, por sua vez, defende que a problemática do discurso de ódio vai de encontro a outros princípios além da liberdade de expressão, como a dignidade humana. Assim, por intermédio de fórmulas de equilíbrio entre princípios constitucionais colidentes, aceita algumas limitações excepcionais ao exercício da liberdade de expressão, especialmente em manifestações de ódio voltadas contra grupos sociais minoritários.

Com efeito, em ambas as correntes, o ódio é um sentimento de aversão ao outro, igualmente tóxico e destrutivo, mas, por razões que ainda vamos suscitar, as formas de julgamento oscilam entre liberdade de expressão e discurso de ódio. O fato de pessoas ferirem outras por meio da linguagem não se revela uma novidade, mas pode indicar que, na conjuntura sociopolítica atual, a hipocrisia deu lugar definitivamente ao cinismo.

Antônio Candido, em seu célebre ensaio intitulado o *Direito à Literatura*, escrito no final da década de 1980, fazia a seguinte observação sobre aquela sociedade em relação aos Direitos Humanos:

*É verdade que a barbárie continua até crescendo, mas não se vê mais seu elogio, como se todos soubessem que ela é algo a ser ocultado e não proclamado. Sob este aspecto, os tribunais de Nuremberg<sup>56</sup> foram um sinal dos tempos novos, mostrando que já não é admissível a um general vitorioso mandar fazer inscrições dizendo que construiu uma pirâmide com as cabeças dos inimigos mortos, ou que mandou cobrir as muralhas de Nínive com as suas peles escorchadas. Fazem-se coisas parecidas e até piores, mas elas não são motivo de celebração. Para emitir uma nota positiva no fundo do horror, acho que isso é um sinal favorável, pois se o mal é praticado, mas não proclamado, quer dizer que o homem não o acha mais natural (CÂNDIDO, 2011, p. 172-3).*

---

56 O Tribunal de Nuremberg foi uma corte internacional criada em 1945 para julgar os crimes cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Os julgamentos duraram quase um ano e, ao final, 185 pessoas foram acusadas das quais 35 foram absolvidas.

Na era da “revolução digital”, também, fazem-se ainda coisas piores, indicando que a “revolução das mentalidades” ainda não se operou (SANTOS, 2000). Nas mídias sociodigitais, particularmente nas redes sociais, as celebrações em relação à barbárie são constantes, seja na boca de internautas, seja na boca de políticos e autoridades inescrupulosos.<sup>57</sup>

Na visão de Santiago Alba Rico, a hipocrisia, em sua linguagem dupla, relacionava-se com certa hegemonia do discurso dos Direitos Humanos, “a que nem mesmo os mais sinistros assassinos ousaram renunciar”.<sup>58</sup> Mas tudo isso mudou, como argumenta o filósofo espanhol.

*Passamos da hipocrisia ao cinismo; terminamos, se quiserem, com a “dupla linguagem” e não para ajustar nossas práticas aos nossos valores, mas, ao contrário, para acomodar nossos valores às nossas práticas. O cinismo, como o Marquês de Sade já demonstrou em suas obras libertinas do século XVIII, é a característica das classes altas, liberadas de qualquer contenção democrática, que defendem seu poder, violência e impunidade como “naturais”. Ou seja, elas o defendem como fatal e inevitável. O ruim é quando o cinismo se espalha das classes altas para as classes média e popular (RICO, 2021, on-line [Outras Palavras, 2022]).*

---

57 Ver, por exemplo, a reportagem sobre as chacinas nos presídios brasileiros em 2017. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/chacinas-em-presidios-expoem-reacao-de-intolerancia-na-sociedade>. Acesso em: 26 jun. 2022.

58 Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/elogio-da-amabilidade-emtemposbrutos>. Acesso em: 17 jun. 2022.



Não há como negar que quando o cinismo se dissemina nas classes média e popular o discurso de ódio produz efeitos sociais mais tóxicos. Numa cultura assumida enquanto *locus* da diversidade, o discurso de ódio surge como o ato performativo da linguagem violenta, ou seja, ele não é apenas uma representação violenta do mundo, mas, sobretudo, uma ação e reação violenta sobre o *outro*. Desse modo, exerce força e poder para reeditar os contextos de atos injuriosos, que, para nós, podem ser apreendidos na análise em termos de espaços discursivos êmicos historicamente sedimentados.<sup>59</sup>

Contudo, os espaços discursivos êmicos são redesenhados por aqueles que se interessam em identificar os contextos em que se dão os atos injuriosos, uma vez que, como argumenta Butler (2021), não é fácil encontrar esses contextos, e o fato de encontrá-los não é suficiente para aliviar seus efeitos sociais. A situação de fala não é, portanto, um simples tipo de contexto, algo que pode ser facilmente definido por limites espaciais e temporais. Ser ferido pelo discurso é sofrer uma perda de contexto, ou seja, é não saber onde se está, ou ser colocado “no seu lugar”, ou, ainda, estar em lugar nenhum. A capacidade de circunscrever a situação do ato de fala fica comprometida no momento do chamamento injurioso.

---

59 A noção de espaço social êmico, que tomamos neste trabalho como espaços discursivos êmicos, fora postulada pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017). Em sua leitura sobre as estratégias antropológicas e antropofágicas, propostas por Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Bauman (2001) formula as noções de espaços êmicos e espaços fágicos, qualificando o espaço social. Para Bauman, o espaço êmico, assim como a estratégia antropológica discutida por Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos*, “visa a anular a existência física do outro, expelindo-o do corpo social ou apagando a sua subjetividade e identidade. Bauman cita a deportação, a prisão e o assassinato como uma versão contemporânea da estratégia êmica. Trata-se, portanto, de um espaço social em que as trocas verbais são interincompreensíveis e a existência física do outro é insuportável, sendo, pois, desejável seu aniquilamento” (FERREIRA; FERREIRA; CHAVES, 2018, p. 66).

Redesenhamos os espaços discursivos êmicos aproximando enunciados injuriosos oriundos de debates sobre o preconceito linguístico. Porém, é preciso lembrar que o discurso de ódio não está presente apenas em debates sobre os quais nos debruçamos. O discurso de ódio é um exercício global, transecular e afeta todas as sociedades. Por esse motivo, argumenta-se em defesa da “implementação de leis que proíbam ou restrinjam o discurso de ódio” (WALDRON, 2012, *apud* SHECAIRA, 2018). A esse respeito, o filósofo e jurista Jeremy Waldron reúne argumentos com objetivo de

*regular a própria defesa – oral ou escrita – de políticas e instituições discriminatórias (sempre que o discurso empregado tenha como alvo a dignidade de algum grupo em função de raça, religião, gênero, orientação sexual etc.). O que está em questão é certo tipo de discurso – por exemplo, a expressão pública da ideia de que os imigrantes árabes são todos terroristas –, antes mesmo das práticas visadas pelo discurso em questão – por exemplo, o indeferimento de pedidos de refúgio político feitos por imigrantes árabes (SHECAIRA, 2018, p. 231).*

Não obstante, precisamos avançar um pouco para não deixar na mão de duas dúzias de pessoas decidirem, por uma Lei, o que é o discurso de ódio, ou quais palavras e enunciados são insultantes e odiosos.

*As propostas que têm como objetivo regulamentar o discurso de ódio invariavelmente acabam por citar esse tipo de discurso longamente, enumerando extensas listas de exemplos, codificando esse discurso com intenções de controlá-lo ou apresentando de modo pedagógico as in-*

*júrias que foram infligidas por esse tipo de discurso. [...] Não é possível evocar exemplos de discurso racista, por exemplo, em uma sala de aula, sem invocar a suscetibilidade do racismo, o trauma e, para alguns, a agitação (BUTLER, 2021, p. 68).*

Assim, indaga Butler (2021, p. 85): “a violência perpetrada pelos tribunais é minorada involuntariamente em favor de uma política que pressupõe a imparcialidade e a eficácia dos tribunais ao julgar questões relacionadas ao discurso de ódio?”.

Quando somos feridos, agredidos pela linguagem, “atribuímos uma agência à linguagem, o poder de ferir, e nos posicionamos como objetos de sua trajetória injuriosa” (BUTLER, 2021, p. 11). Nessa ótica, uma pessoa não está simplesmente restrita ao nome pelo qual é chamada. Ao ser chamada de algo injurioso, ela é humilhada. Em contrapartida, esse fato oferece outra possibilidade de, ao receber um insulto, a pessoa adquirir na e pela linguagem a sua existência social e a iniciação temporal, o que excede os propósitos prévios que animavam aquela denominação.

Nessa senda, reconhecemos que a linguagem atua e atua contra nós, e essa afirmação é, segundo Butler (2021, p. 12), “uma nova instância da linguagem que procura bloquear a força da instância anterior”. Estamos, então, exercitando a força da linguagem mesmo quando o objetivo é conter a sua força. Nas palavras de Butler (2021, p. 12), se ser chamado é ser interpelado, “[...], a denominação ofensiva tem o risco de introduzir no discurso um sujeito que utilizará a linguagem para rebater a denominação ofensiva, já que quando o chamamento é injurioso, exerce sua força sobre aquele a quem fere”.

Porém, no caso de discurso de ódio conforme definido anteriormente, observaremos que os efeitos sociais são mais eficazes e tóxicos do que a própria orientação democrática e legalista do problema, e mesmo mais eficazes em relação a seu efeito *boomerang*, isto é, a ideia de rebater a denominação ofensiva. No caso de debates sobre o preconceito linguístico, em particular, o grupo social minoritário sofre o insulto pela linguagem, o que significa dizer que a língua ainda é o último reduto das ideias racistas, clas-sistas, coloniais etc.

Em debates “mais abertos” nas redes sociais, as marcas linguís-ticas do chamamento injurioso, ou seja, as palavras e enunciados ofensivos quase sempre precisam passar por uma averiguação histórica da sua vida social (KRIEG-PLANQUE, 2010). Sem essa averiguação e, conseqüentemente, contextualização, a definição do que é uma palavra que machuca fica prejudicada, e o próprio grupo ao qual ela é endereçada é apagado. Por exemplo, chamar alguém de “burro” por uma pessoa utilizar uma variante linguísti-ca estigmatizada pode sugerir apenas uma ignorância do agressor sobre a língua, mas sabemos que, na continuidade histórica, as va-riantes linguísticas estigmatizadas o são por causa de um corpo, uma voz e uma identidade.

### *Língua, linguagem e diversidade*

Desde os estudos científicos do século XIX, compreende-se que a heterogeneidade e a diversidade são constitutivas na lingua-gem humana, isto é, a variação e mudança linguísticas são fenô-menos intrínsecos de todas as línguas naturais. Tais fenômenos, ao longo do tempo, são quase sempre tomados de modo negativo. Basta lembrar da concepção de linguagem contida no discurso fi-

losófico do diálogo *Crátilo*, de Platão, no qual se discute certa impossibilidade de acesso ao conhecimento pela linguagem.

Entre outras coisas, o discurso filosófico contido no *Crátilo* intui que se os nomes fossem pensados como imitações da realidade, guardariam significados ambíguos, já que temos, muitas vezes, nomes diferentes para “realidades” parecidas. Depois indaga que se os nomes imitam a realidade e seriam a condição de acesso ao seu conhecimento, de que maneira os primeiros nomes se estabeleceram, já que aquele que nomeou dada realidade não dispunha de nome algum?

Na Europa, os pensadores gregos são os iniciadores daquilo que chamamos, no sentido amplo, de ciências da linguagem. Trata-se de um estágio que atingiu um ponto de partida, mas que se alimentou de seu passado, neste caso, profícuo. Porém, a mudança linguística, embora percebida no diálogo platônico, é tomada como algo “negativo”, levando Platão a considerar o conhecimento *a priori*, isto é, como processo que pode prescindir a linguagem. Ou, nas palavras de Robins (1983), Platão “admite no *Crátilo* a possibilidade alienígena de parte do vocabulário grego”.

São os gregos, sem dúvida, que especularam de modo contínuo sobre a linguagem e os problemas suscitados pelos estudos linguísticos de sua época. Eles se interessavam por assuntos que outros não compreendiam ou não se interessavam. Robins (1983, p. 8) classifica esse movimento como o “desejo insaciável de indagação sobre a realidade circundante e sobre os modos de ser do homem no universo”. Em relação aos interesses dos gregos antigos por questões linguísticas, é sabido que eles já conheciam a existência de povos com línguas diversas e tinham a plena percepção das divisões dialetais no interior da língua grega.

Não temos evidência que esse interesse tenha incitado uma investigação da língua em si mesma, embora seja possível observar indícios de “preconceito linguístico” com a língua do *outro*, dos estrangeiros, os quais os gregos chamavam de *bárbaroi* (bárbaros), por considerarem sua fala ininteligível (ROBINS, 1983). Interesses mais profundos e muito diferentes podem ser constatados quando observamos a consciência dos gregos por suas próprias divisões dialetais.

A investigação nesse campo, porém, tomava a língua grega, embora dividida em dialetos, como uma só, uma só língua, de um só povo. Sobre a posse da língua grega, Robins descreve o relato do historiador grego Heródoto da seguinte maneira:

*Em seu relato da maior façanha realizada por uma Grécia temporariamente unida contra os invasores persas, no início do século V a.C, ele [Heródoto] põe nos lábios dos delegados gregos a declaração de que, entre os laços que os uniam para resistir aos bárbaros, estava o fato de “toda a comunidade grega ter o mesmo sangue e a mesma língua” (ROBINS, 1983, p. 9).*

Avançando no tempo e adentrando noutro espaço, temos, conforme dissemos, desde o século XIX, no campo dos estudos linguísticos, a compreensão da mudança linguística como fenômeno constitutivo da linguagem. Porém, embora esses estudos tenham mostrado de modo reiterado que a variação e a mudança linguísticas são fenômenos naturais de todas as línguas, a percepção leiga – às vezes nem tão leiga assim – toma esses fenômenos de modo negativo; basta notar a crítica de algumas pessoas mais velhas à “fala” dos jovens.

Por isso, diante da percepção de língua e cultura compreendidas como, essencialmente, mutantes, a urgência para a escolarização de massa fundou, de acordo com Mattos e Silva (1996), o ideal normativo-prescritivo, homogeneizador e segregador, como modelo dominante para o ensino de língua materna. Esse modelo inscreve uma variedade de prestígio que se irradia, assim como no caso da “posse” da língua grega, como bem a ser conquistado pelos usuários da língua, mas agora sob pena de serem alijados da organização e participação sociopolítica, numa cultura em constante mobilidade.

Disso resultam formas de organização (unificação e padronização) do aparente caos linguístico. Sobre esse ponto, Lucchesi (2017, p. 349) nos informa:

*Estima-se que mais de mil línguas indígenas eram faladas no território brasileiro no início do século XVI (Rodrigues 1993), e mais de duzentas línguas africanas foram introduzidas no país pelo tráfico negreiro, entre 1550 e 1850 (Petter 2006). Assim, durante quase dois séculos, o português foi apenas uma das muitas línguas faladas no território brasileiro. Porém, hoje cerca de 98% da população têm o português como língua materna, conquanto o Brasil seja também, e paradoxalmente, um dos países de maior diversidade linguística do planeta, com centenas de línguas indígenas pertencentes a cinco famílias tipologicamente diferenciadas (embora a maioria esteja em vias de desaparecimento) e dezenas de línguas de imigração.*

Esse paradoxo de que fala Lucchesi (2017) pode ser observado pela história social da língua portuguesa no Brasil. Nessa seara, Faraco (2016), desvela a série de fenômenos que levaram à implementação da língua portuguesa e sua dominância, e “a consequente diminuição do uso da língua geral amazônica e dos dialetos africanos, durante e após o processo de colonização” (FERREIRA e BENFICA, 2020, p. 1.523). Diante disso, a unificação e a padronização enfatizadas por Mattos e Silva (1996) podem ser apreendidas num sentido amplo e estrito.

No sentido amplo, como ensina Castilho (2012), a norma é entendida como um fator de coesão social, independente da ideia de diversidade cultural. Nessa senda, enunciando do campo político-ideológico, estaríamos reconhecendo a maneira pela qual ocorre a unificação dos traços culturais de uma sociedade linguística. É a ideia, por exemplo, de cultura “erudita”, “alta” cultura, cultura “popular” etc. Castilho argumenta que é através dessa unificação que se frustra a pretensa dispersão da identidade de um grupo, mas esse fenômeno aconteceria, segundo este autor, de modo espontâneo sem, necessariamente, a intervenção do dispositivo escolar.

No sentido estrito, a norma corresponde aos usos e aspirações da classe social de prestígio que, para Mattos e Silva (1996), funda por meio da língua o ideal segregador na cultura. Nesse caso, há historicamente a intervenção do aparato estatal (escolas, universidades, leis), embora a unificação e padronização tenham mais a ver com a construção de um tipo ideal de sociedade e, em particular, de seus valores morais. Por isso, a necessidade de se ter em mente a diferença entre a noção de norma culta/comum/*standard* (FARACO, 2016) – dialeto social que decorre do prestígio da classe social correspondente – e de norma-padrão – ideal abstrato de língua “certa” da tradição normativo-prescritiva (LUCCHESI, 2017; BAGNO, 2015).



No bojo dessa diferenciação, o ensino de língua materna passou, nas últimas décadas, por significativas transformações no que concerne ao modo de tratamento das variedades linguísticas em detrimento do centrismo da norma culta/comum/*standard* (FARACO, 2016). A norma-padrão se inscreve, de fato, no campo político-econômico da sociedade brasileira a partir do século XVIII e os efeitos de sua imposição dissiparam, até os dias atuais, preconceitos sociais, étnico-raciais e linguísticos, com base em motivações político-ideológicas, as quais apreendem a língua, essencialmente, como fenômeno estático e monológico (MATTOS E SILVA, 1996). No mais, um modelo de pureza e correção.

Quando falamos de preconceitos sociais, étnico-raciais e linguísticos – considerando o preconceito como a ideia, a opinião ou o sentimento “que pode conduzir o indivíduo à intolerância” (LEITE, 2008, p. 20) e ao ódio –, afirmamos o seu estatuto discursivo. Com efeito, os preconceitos socialmente partilhados são produzidos e reproduzidos “de forma conjunta e colaborativa, pelo(s) (coletivo dos) membros da sociedade por meio de discursos institucionais do campo da política, das mídias, da educação, do ensino e dos negócios” (VAN DIJK, 2015, p. 32).

Porém, o preconceito linguístico, em particular, muitas vezes, não apenas evoca um debate sobre gramática, ensino ou língua/linguagem, mas motiva a linguagem violenta e odiosa em relação a grupos sociais minoritários. O fato de tratarmos o preconceito linguístico como uma problemática social fundamenta-se na necessidade de uma discussão sobre seus efeitos na sociedade como um todo, suas formas de discriminação e os modos e endereçamento de sua linguagem. Muitas pessoas acreditam na ideia de que a língua é estável; uma entidade monológica fixa e inexorável.

No campo do ensino, em especial na educação básica, essa percepção é ainda mais categórica, pois, foi inculcada de modo valorativo, devido ao prestígio social da gramática normativa ensinada na escola. Esse valor e prestígio, adquiridos durante os séculos, mantêm-se como fronteira rígida da diversidade cultural e linguística.

No entanto, o discurso que paira nessa fronteira não produz efeitos de sentido apenas sobre o preconceito linguístico, que, apesar da idealização da “língua mãe” do colonizador, é esclarecido pela ciência linguística; por pesquisadores(as) que investigam fenômenos de variação e mudança da Língua Portuguesa. Conforme argumentam Ferreira e Benfica:

*Embora muitos estudos linguísticos operem na descrição do uso factual do português brasileiro, atestando serem irrealis certas estruturas tidas como “certas”, ainda há uma idealização da “língua mãe” do colonizador, que não se restringe ao âmbito acadêmico, mas que se estende à população brasileira que se crê especialista nessa suposta língua.*

[...]

*O julgamento de certo e errado sobre o uso da língua é o corolário do preciosismo com a gramática normativa do português brasileiro, o que culmina, muitas vezes, em práticas de preconceito linguístico (FERREIRA; BENFICA, 2020, p. 1.524).*

No enfoque leigo sobre variação e mudança, conforme enfatizamos anteriormente, casos que envolvem diferentes mani-

festações preconceituosas, no que diz respeito ao modo como os sujeitos interagem entre si, ainda são comuns na sociedade. O preconceito linguístico sempre se fez presente em programas televisivos, jornais, manuais que tentam instituir o que é certo e errado na Língua Portuguesa e mais recentemente, pode ser identificado também no espaço mais aberto das mídias sociodigitais por meio de postagens e comentários que ridicularizam os diferentes falares presentes no Brasil.

Para Bagno (2017, o preconceito pode ser considerado fruto da ignorância, pois se trata simplesmente de um “não gostar” sem nenhum tipo de explicação convincente e clara sobre o que, de fato, está sendo rejeitado pelo indivíduo. É possível perceber que nas mais diferentes situações comunicativas as características dos indivíduos são estendidas aos seus discursos. Se a pessoa é elegante, bonita ou ‘fala bem’, isto é, de acordo com a norma culta, seus atos e discurso (forma ou conteúdo) “podem ser julgados *a priori* como legítimos, bons e verdadeiros, mesmo não o sendo. E, ao contrário, se for deselegante, feia e não dominar a norma culta, tudo o que disser pode ser *a priori* desqualificado, considerado errado e falso, mesmo não o sendo” (LEITE, 2008, p. 27-8).

Contudo, pretendemos sublinhar outros pontos além das constatações de caráter estético e retórico, enfatizadas por Leite (2008). Sabemos: assim como a vida do ser humano e a própria sociedade, as línguas também variam e mudam (LABOV, 2008). Podemos considerar, desse modo, que está justamente na variação linguística o reflexo das inúmeras variedades presentes na sociedade. Ademais, é possível reconhecer que as diferenças relacionadas aos papéis sociais também se fazem presentes por meio das diversas manifestações que refletem na língua e na linguagem.

As línguas fornecem meios de constituição de identidade. Por isso seria estranho, quando não ridículo, um idoso falar como uma criança, uma autoridade falar como um marginal social etc. Muitos meninos não podem usar a chamada “linguagem correta” na escola, sob pena de serem marcados pelos colegas, porque em nossa sociedade a correção é considerada uma marca feminina. As variações linguísticas são condicionadas por fatores internos da língua ou por fatores sociais, ou por ambos ao mesmo tempo (POSSENTI, 1996, p. 35).

É possível observar que, ao longo da história, comunicar-se em português é comunicar-se na variante culta da língua, não sendo as demais variantes ainda prestigiadas nos debates, embora alguns movimentos de mudança tenham sido feitos na educação nesse sentido. No período colonial, os que dominavam essa variante eram os que tinham acesso à escrita, poucos, dados os baixos índices de alfabetização, de leitura e de escrita.

Naquele período, a aspiração era dominar a modalidade culta europeia, período em que são apresentadas peças teatrais que ridicularizavam as maneiras, os vícios linguísticos e outras particularidades da modalidade falada na colônia. De certo, os ridicularizados eram os indígenas, os negros e negras, os colonos pobres, ou seja, aqueles que pertenciam a grupos de menos prestígio na sociedade.

Após a independência, a língua nacional é concebida como um ponto fundamental da identidade cultural. Nesse processo, reconhecem-se os traços que caracterizam o português do Brasil e, na literatura brasileira, aproxima-se a língua literária da língua falada, que é marcada pela interferência das línguas indígenas e africanas, no vocabulário, na fonética e na sintaxe.

Entretanto, assim como ocorria na Grécia, as variações linguísticas continuam sendo vistas de forma negativa. Dessa forma, uma das maneiras de silenciar, negligenciar ou mesmo eliminar a identidade é ridicularizar ou insultar, interpelando o outro, o que se reconhece na fala como “o diferente” (*bárbaroi*, bárbaro) (ROBINS, 1983). Em termos atuais, chamam de “burro”, “preguiçoso”, “babaca”, quando não, a depender do “outro”, “canalha”, “quadrúpede” “tribufu” “cara de bandida” (Figura 1), entre outros insultos, como veremos na próxima seção.

## *Preconceito linguístico e discurso de ódio*

No espaço digital da internet, o potencial de contágio é imenso. Em particular, as redes sociais não ensinam a dialogar “porque é muito fácil evitar a controvérsia” como bem coloca Bauman.<sup>60</sup> Já o filósofo espanhol, Javier Marías, em outro momento e um pouco contrariado, vai mais além, diz ele: “a internet organizou a imbecilidade pela primeira vez”. Ele lembra ainda de que no espaço digital existe um problema agregado: “as pessoas se intimidam diante de internautas exaltados e se desculpam sem motivos. E as pessoas sofrem represálias. É truculência. E não há melhor forma de a truculência triunfar do que se intimidando e se amedrontando [...]”.<sup>61</sup> É nesse ambiente digital que a proteção jurídica se esforça para não correr o risco de não passar de letra morta.

Vejam, então, o primeiro debate, que tomamos como discurso, sobre “preconceito linguístico”.

60 Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427\\_675885.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html). Acesso em: 25 jun. 2022.

61 Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/24/cultura/1443105759\\_175114.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/24/cultura/1443105759_175114.html). Acesso em: 25 jun. 2022.

## *Debate 1, recorte. “Tem cara de bandida mesmo”*

Em 2016, um médico plantonista do Hospital de Santa Rosa de Lima, na cidade de Serra Negra, São Paulo, resolveu materializar na internet seus preconceitos a respeito de um paciente por ele atendido. Numa foto postada nas redes sociais de colegas do hospital, o médico aparece segurando uma “receita médica” com os dizeres: “Não existe peleumonia e nem raôxis”. Seguindo a notícia mais um pouco, temos as informações sobre o “grupo” insultado.<sup>62</sup>

[...]

Vinte minutos antes da postagem, na quarta-feira (27), o médico havia atendido o mecânico José Mauro de Oliveira Lima, 42 anos, que estudou até o segundo ano do ensino fundamental e não sabe como falar corretamente algumas palavras.

Seu enteado, o eletricista Claudemir Thomaz Maciel da Silva, de 25 anos, o acompanhava na consulta e revela que, assim que souberam do diagnóstico, o mecânico perguntou sobre o tratamento para a “peleumonia”. A reação do médico não foi muito profissional, afirma Claudemir.

“Quando meu padraço falou pneumonia e raios X de forma errada, ele deu risada. Na hora, não desconfiamos que ele iria debochar depois na internet. O que

---

62 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/07/medico-debocha-de-paciente-na-internet-nao-existe-peleumonia.html>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

ele fez foi absurdo. O procurei e escrevi para ele na rede social que, independente dele ser doutor, não existe faculdade para formar caráter. Assim que ele viu minha postagem, apagou a foto. Ele não quis conversar com a gente”, diz Claudemir.

O eletricista conta que o padrasto ainda não sabe que virou assunto na internet e teme pela reação dele. Claudemir diz que o mecânico não pôde estudar por falta de dinheiro.

“Meu padrasto não sabe falar direito porque não teve estudo. Ele vai ficar muito triste quando souber o que aconteceu, estamos evitando contar, mas ele vai acabar descobrindo. Ele trabalhava como cozinheiro aqui em Serra Negra e depois se tornou mecânico. Lembro que ele estudava, mas precisou abandonar as aulas para cuidar de mim. Tive tuberculose aos dois anos e, nessa época, ou ele estudava ou pagava meus remédios”, lembra.

Fonte: G1.

No mesmo espaço de trocas digital, conta ainda a notícia que outras funcionárias passaram a zombar da maneira que alguns pacientes falam nas consultas: “Tira minha pressão? Porque eu tenho tiroide”. “Tiróideeee? Classiquírimaaa” kkkkkk”.

Dessa maneira que, para usar uma “fórmula” de Althusser (1974), o indivíduo interpelado torna-se sujeito. Conforme veremos, não se trata apenas de preconceito linguístico, mas de um

discurso que incita o ódio e o preconceito a um grupo específico de pessoas, reunidas em relação à cor, raça, classe, etnia, nacionalidade, religião, gênero ou deficiência. Em última instância, trata-se de uma obstinação de ver silenciada e eliminada voz, corpo e identidade do *outro*.

Essa linguagem violenta viabiliza a difamação de grupos no espaço digital da internet (e fora dele) não apenas pela troca polêmica – que, às vezes, “assume a aparência de uma interação cara a cara, onde dois oponentes se envolvem em um debate acalorado tentando ganhar um do outro” (AMOSSY, 2011, *on-line*) –, mas também pelo discurso polêmico que, como enfatiza Amossy (*on-line*) “pode atacar um alvo em uma situação de fala monogerenciada (não há diálogo direto com o oponente)”.

Essa “situação de fala monogerenciada” não nos parece tão evidente quando pensamos em minorias sociais, que são insultadas por motivos étnico-raciais, religiosos, linguísticos, físicos e culturais, de gênero e de sexualidade.<sup>63</sup> Não há evidentemente “ofendidos” diretos nesses casos, “uma interação cara a cara”, mas um grupo alvo que pode incluir esses ofendidos. De fato, quando se ofende uma pessoa por ela ser negra, por exemplo, não se ofende apenas a honra dessa pessoa, mas, como tentaremos mostrar, ofende-se um grupo.

Nesse sentido, saíamos do discurso polêmico e adentramos na difamação discursiva de grupos, isto é, no discurso de ódio. Com efeito, quem enuncia o discurso de ódio, diz Butler (2021, p. 54), “é responsável pela maneira como ele é repetido, por reforçar esse tipo de discurso, por restabelecer contextos de ódio e de injúria”.<sup>64</sup> Assim, completa Butler,

63 No Brasil, são exemplos de minorias mais conhecidas as populações negra e LGBTQIA+, as mulheres, indígenas e deficientes.

64 Em vez de “contextos”, falaremos de espaços discursivos êmicos.



*[...] Ser chamado de forma injuriosa não é apenas abrir-se a um futuro desconhecido, mas desconhecer o tempo e o lugar da injúria, desorientar-se em relação à própria situação como efeito desse discurso. O que se revela no momento de tamanha ruptura é exatamente a instabilidade do nosso “lugar” na comunidade de falantes; podemos ser “colocadas em nosso lugar” ‘por esse discurso, mas esse lugar pode ser lugar nenhum (BUTLER, 2021, p. 15-6, aspas da autora).*

Na notícia anterior, a desorientação sobre “à própria situação com efeito desse discurso” é intuída do discurso citado: “Ele [meu padrasto] vai ficar muito triste quando souber o que aconteceu, estamos evitando contar, mas ele vai acabar descobrindo”. Sigamos, então, o desdobramento do caso sobre preconceito linguístico da notícia em foco.

E razão da repercussão do caso, a médica Júlia Rocha saiu em defesa de José Mauro de Oliveira Lima, afirmando que “existe peleumonia, sim: Incrusive com febre interna que o termômetro num mostra. Disintiria, quebranto, mal olhado, impíngi, cobreiro, vento virado, ispinhela caída”.<sup>65</sup>

Parte das respostas nas redes sociais para sua bem-humorada intervenção se deu pelo discurso racista, como podemos observar nos *posts* divulgados pela médica em sua mídia sociodigital Facebook.<sup>66</sup>

65 Disponível em <https://www.geledes.org.br/existe-peleumonia-sim-esta-medica-rebate-com-poesia-deboche-do-colega/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

66 Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/07/31/interna\\_gerais,789663/medica-mineira-que-comentou-polemica-da-peleumonia-sofre-ataque-raci.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/07/31/interna_gerais,789663/medica-mineira-que-comentou-polemica-da-peleumonia-sofre-ataque-raci.shtml). Acesso em: 16 jun. 2022.



**Figura 1. Fonte: Estado de Minas Gerais**

A partir desse ponto, no espaço de trocas digitais, emergem discursos que sedimentam “contextos injuriosos”, isto é, espaços discursivos êmicos de conflitos e violência verbal, cujo mérito é a eliminação do *outro*. Conforme salientam Ferreira, Ferreira e Chaves (2018, p. 67), trata-se de observar que no espaço discursivo êmico

*[...] o exercício da cidadania é reivindicado no e pelo discurso do poder e da violência. O que está em jogo no espaço discursivo êmico [...] é o fechamento de um posicionamento, a fixação, no espaço discursivo, de uma identidade. O foro do conflito resulta, na maior parte*

*das vezes, em violência verbal contra adversários imaginários. Logo, o que se pretende aniquilar não é o corpo, mas, definitivamente, a própria alteridade.*

Nessa senda, abandona-se de vez o debate sobre o preconceito linguístico e, por consequência, as possíveis discussões, mesmo leigas, sobre língua, linguagem, gramática, educação, política etc., para, com força, reeditar e revigorar o discurso de ódio (BUTLER, 2021).

Não se trata, no entanto, de defender que, em debates públicos “mais abertos” nas mídias sociodigitais, o discurso de ódio sempre prevalecerá, mas de observar que, em casos de preconceito linguístico como o da suprarreferida notícia, o estatuto sociopsicológico estereotipado do sujeito insultado já está construído socialmente, embora colocado em “lugar nenhum”. O *outro* quase sempre é compreendido como um *bárboroi* (bárbaro), de fala ininteligível (ROBINS, 1983). Em outras palavras, o *outro* a ser eliminado o é por sua cor, raça, classe, etnia, nacionalidade, religião, gênero ou deficiência.

Em geral, nesses debates em que a obstinação é a defesa da gramática normativa, os “mitos” sobre a língua discutidos por Bagno (2015) são evocados, mas sempre estão agregados a algo a mais. Na verdade, não se ofende, tão somente um “burro”, um “preguiçoso”, um “babaca”, isto é, aquele não sabe falar ou escrever o português “correto” (FERREIRA e BENFICA, 2020). O “algo a mais” é que esses estatutos sociopsicológicos estereotipados (MAINGUENEAU, 2016) são associados sócio-histórica e culturalmente, de modo inequívoco, a grupos sociais minoritários. Conforme enfatiza Bagno,

*[...] a pessoa já sabe hoje em dia que não pega bem ser racista, ser sexista ou falar mal de determinado grupo de pessoas ou camadas sociais, mas exerce esse poder de discriminação por meio da linguagem. Não posso discriminar você, porque você é negra, homossexual ou é de uma região que eu não gosto, então eu tenho um bom motivo para discriminar: é a sua linguagem. A linguagem sobrou como a última desculpa que a gente tem ainda para discriminar as pessoas (BAGNO, 2017 on-line).*

Quando num debate público em torno do preconceito linguístico, o discurso de ódio é enunciado, não é senão para dizer de um lugar em que fora expulsa a diversidade, ou mesmo onde ela nunca habitou. Nas palavras de Butler (2021, p. 67):

*[...] os nomes injuriosos têm uma história, que é invocada e reforçada no momento do enunciado, mas que não é contada de maneira explícita. Não se trata simplesmente de uma história dos seus usos, dos seus contextos e objetivos; é o modo como tais histórias são introduzidas e interrompidas no e pelo discurso.*

Nesse sentido, o discurso de ódio estendido ao corpo, voz e identidade do *outro* possibilita ao sujeito-agressor operar com uma linguagem violenta, dirigindo-lhe insultos, mas, em última instância, desejando a eliminação do grupo ofendido. Esse “desejo” produz, na discursivização do espaço da diversidade e da mudança, conflitos e tensões ao longo da história.

## *Debate 2, recorte. “Mulambada”*

Remetemos o(a) leitor(a) agora à página “Falei errado? O pobre não é meu, é seu”,<sup>67</sup> analisada em Ferreira e Benfica (2020). A página criada por estudantes da UERJ, no ano de 2013, com mais de 40 mil seguidores foi desativada em 2020. Segundo seus idealizadores, um dos motivos se deu pelo fato de que o Facebook se tornou, nos últimos tempos, uma “máquina de propagação de ódio”.

Naquele trabalho (FERREIRA; BENFICA, 2020), estávamos interessados em examinar a violência verbal em comentários produzidos a partir de um *post* fixo da referida página, que incitou mais de 21 mil compartilhamentos e mais de 4,1 mil comentários. O *post* continha nove imagens com dizeres de situações que, para os sujeitos-moderadores, configuram preconceito linguístico: “#ÉPreconceitoLinguístico”, conforme ilustra um dos *posts* por nós selecionado.

---

67 Disponível em: <https://www.facebook.com/FaleiErradoOPobremaNaoEMeuESeu>. Acesso em: 25 jun. 2022.



Figura 2

Naquele momento, em particular, além da violência verbal (CULPEPER, 1993; BOUSFIELD, 2008; AMOSSY, 2011), focalizamos os papéis e lugares discursivos, os estatutos sociopsicológicos estereotipados e os posicionamentos político-ideológicos (MAIN-GUENEAU, 2013, 2015, 2016), presentes no discurso atravessado nos comentários dos sujeitos-usuários (Cf. FERREIRA; BENFICA, 2020). Ao definir esses objetivos, deixamos de comentar sobre outros aspectos da linguagem violenta no debate sobre preconceito linguístico nas mídias sociodigitais, aspectos que, à época, já nos chamavam à atenção.

Conforme notaram os moderadores da referida página, “desde há um tempo, é notável que aconteceu alguma mudança no algoritmo de recomendação de *posts* e nos últimos meses o que era dezena de milhares virou milhares ou centenas de curtidas”. Esse

fato revelaria, de acordo com eles, que o debate acerca das questões de língua e linguagem foi arrefecido pelo cálculo do algoritmo.<sup>68</sup> E continuam: “isso sem contar na máquina de propagação de ódio que essa rede social [*Facebook*] se tornou”. Talvez, pela propagação exacerbada do discurso de ódio, o próprio debate democrático tem sido interditado nas mídias sociodigitais.

Não temos tanta certeza de que o debate, mesmo leigo, sobre língua, linguagem e preconceito linguístico tenha perdido o interesse. Porém, concordamos que o discurso de ódio tem sido reencontrado e reeditado de forma exacerbada em diversos setores nas condições sócio-históricas, políticas e culturais do Brasil contemporâneo.

O problema na discussão que estamos propondo é tentar mensurar os efeitos sociais do discurso de ódio contra grupos sociais minoritários, independentemente do sentimento de ódio que o sujeito-enunciador tenha de um determinado grupo. Tarefa difícil, já que o ódio a grupos minoritários é histórico, universal e generalizado. Com efeito, “a língua ainda é o último reduto [das] ideias mais conservadoras” (BAGNO, 2017, *on-line*) e, por isso, nosso recorte tenta seguir a injúria linguística e seus modos de endereçamento (BUTLER, 2021).

Além de tentar mensurar os efeitos sociais do discurso de ódio, temos um problema agregado, conforme comentamos na primeira seção deste capítulo. O enunciado injurioso em debates públicos nas mídias sociodigitais apaga obstinadamente a identificação do grupo minoritário ofendido. Por exemplo, quando um sujeito-perfil ofende uma pessoa por ela ser negra, como vimos no caso da

---

68 Paveau argumenta que os algoritmos fazem cálculos para produzir efeitos: “certas informações aparecerão com mais frequência, ou em melhor lugar do que outras, ou serão mais disseminadas do que outras, ou, pelo contrário, serão invisibilizadas” (PAVEAU, 2021, p. 39).

médica Júlia Rocha (Figura 1), ele comete uma injúria racial, crime tipificado pelo Direito penal.

Porém, em debates públicos “mais abertos” nas mídias socio-digitais, não temos, em geral, uma pessoa em particular sendo ofendida e sim um grupo minoritário. Desse modo, é preciso reconhecer a “palavra” que ofende e insulta, “sugerindo que nos concentremos nessas partes da linguagem que são enunciadas, enunciáveis e explícitas” (BUTLER, 2021, p. 12) e também identificar o grupo que está sendo ofendido.

Na citada página do Facebook, ao interagir com os dizeres: “Rir de quem fala framengo, bicicleta e chicrete #Êpreconceito-linguístico” (Figura 2), o sujeito-usuário comenta: “Só quem fala framengo é mulambada kkkk”.

É sabido que os torcedores rivais chamam de “mulambos” os torcedores do Flamengo (Clube de Regatas Flamengo), como lembra a reportagem da *Revista Lance*.<sup>69</sup>

O termo “mulambo” é historicamente usado por torcidas de Vasco, Fluminense e Botafogo para “inferiorizar” o arquirrival Flamengo, apesar de um contexto de preconceito racial que remete aos tempos da escravidão. O significado ainda é desconhecido por parte do público e gera debate nos dias atuais.

A injúria linguística é afirmar que os torcedores flamenguistas (“mulambos”), também, entre outras coisas, falam “framengo”.<sup>70</sup>

69 Disponível em: <https://esportes.yahoo.com/noticias/usar-palavra-mulambo-%C3%A9-racismo-233344265.html>. Acesso em: 25 jun. 2022.

70 A substituição do som de L pelo som de R, por exemplo, como consta



Assim, chamar torcedores adversários de “mulambos” e associá-los a uma variação estigmatizada da língua produz pelo menos dois efeitos de sentido. O primeiro é o ódio à raça, cor e classe social, e o segundo, que vem agregado, é o preconceito com certa variante linguística utilizada por esses grupos, o que revela, em última instância, um discurso racista.

A palavra “*mulambo*” (“molambo”) foi usada na escravidão para se referir às pessoas negras que se vestiam mal ou estavam sujas.<sup>71</sup> Nos dias atuais, o termo “*mulambo*” retém um efeito de sentido negativo, constituído sócio-historicamente, portanto, o insulto com o termo, além de evocar o ódio às pessoas negras e pobres, estende-se à sua forma de falar. Nesse sentido, mais uma vez, a linguagem violenta vem para encenar, reeditar e revigorar o discurso de ódio (BUTLER, 2021).

A discriminação baseada na raça, cor, classe, etnia etc., de fato, é constitutiva na discursivização do preconceito linguístico. “O espírito colonizado e bajulador da Europa por parte das oligarquias dominantes”, diz Bagno (2017, *on-line*), “impediu que as características linguísticas propriamente brasileiras fossem aceitas com tranquilidade”.

Na verdade, no Brasil, as discussões sobre língua e linguagem em debates mais “abertos” e leigos nas mídias sociodigitais tomam a “língua” com uma só língua, particularmente, a língua da escola (MATTOS e SILVA, 1996, p. 19-43). Nessas discussões, as estratégias de interpelação, isto é, os modos de se tornar o *outro* “sujeito”, não têm sido senão para conferir ao *outro* lugar nenhum.

---

no nome da página (“pobrema”) [“framengo”], é chamada pelos linguistas de rotacismo (FERREIRA; BENFICA, 2020).

71 Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/02/23/mulambo-e-palavra-racista-veja-o-que-dizem-especialistas-sobre-expressao-usada-por-djonga-que-causou-polemica.ghtml>. Acesso em: 24 jun. 2022.

## *Considerações finais*

Neste trabalho, visamos colocar em foco a problemática do preconceito linguístico – já bastante discutida nos estudos da Sociolinguística –, e argumentar que a linguagem é o último reduto do preconceito, da discriminação, do racismo e da violência. Aqueles que se debruçam sobre os estudos da língua e da linguagem sabem que não há novidade na ideia segundo a qual o discurso produz e reproduz desigualdades.

Porém, no caso do preconceito linguístico, o enunciado injurioso não somente evoca a defesa obsessiva da língua do colonizador – isto é, não apenas produz e reproduz desigualdades –, mas, com base nesta defesa, demonstra a incapacidade de reconhecer as diversidades social e linguística de uma nação. Em última instância, o enunciado injurioso, reimprimido em debates sobre o preconceito linguístico, revela um estranhamento com a “língua do outro”, e, por conseguinte, uma resistência histórica do sujeito de enfrentar a alteridade.

Na conjuntura político-ideológica do Brasil do século XXI, o problema do preconceito linguístico parece ser de menor interesse. Conforme vimos, os moderadores da página “Falei errado o problema não é meu, é seu” declararam que a causa do fim da página no Facebook foi, entre outras coisas, a disseminação do discurso de ódio na internet.

Quando as condições sócio-históricas possibilitam que uma pessoa assuma, em relação ao outro, uma posição francamente racista e homofóbica por exemplo, fica difícil argumentar que o preconceito linguístico é um problema urgente a ser combatido pela sociedade. A impressão que temos é que o preconceito linguístico parece ser, entre todas as desgraças e injustiças sociais do Brasil, “o menor dos problemas”.

Mas o suposto desinteresse em debates mais abertos nas mídias sociodigitais pelas questões da língua, da linguagem e da educação, é apenas aparente, pois, se vasculharmos, encontraremos pontos de interesses históricos, políticos e ideológicos nestes debates. Conforme analisamos, em casos de preconceito linguístico, as mídias tradicionais quase sempre enviesam o debate para a dicotomia entre certo ou errado, reforçando o prestígio social da norma padrão.

Já a extensão desses debates, particularmente em comentários de usuários da internet, além de reproduzir essa dicotomia, avança para o insulto e para a discriminação daqueles que falam ou escrevem variantes linguísticas estigmatizadas. Portanto, o debate, mesmo que pareça, nunca é, de fato, desinteressado.

Mesmo que o debate leigo sobre preconceito linguístico recupe, sempre e mais, a defesa veemente da norma padrão da língua, não o faz senão para atacar grupos sociais minoritários. É nesse sentido que, ao associarmos o discurso de ódio a debates sobre preconceito linguístico nas mídias sociodigitais, constatamos não somente a defesa obstinada da língua do colonizador, mas vemos reeditado o insulto contra aqueles que não dominam a variedade culta da língua. É também nesse sentido que podemos, ao falar de preconceito linguístico, mobilizar as questões propostas pelo Direito acerca do discurso de ódio e da liberdade de expressão.

O preconceito linguístico é uma forma reiterada pela fala ou escrita de discriminação social, que julga o outro pela maneira pela qual ele se comunica. O discurso de ódio pode ser compreendido como o conjunto de enunciados ofensivos e discriminatórios a um grupo social que se reúne pela cor, raça, classe, etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual, gênero ou deficiência. Por sua vez, a liberdade de expressão pode ser definida como o direito de todo

indivíduo exercer, através de seu discurso, uma prática social concreta. Portanto, nesse embate discursivo, os estudos do Direito e do Discurso se complementam e se atravessam.

No Direito, a posição que se tem adotada é pela ampliação e regulamentação do discurso de ódio como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais, no sentido de esclarecer que o discurso de ódio visa reduzir os direitos fundamentais, particularmente, daqueles grupos que já se encontram estigmatizados e marginalizados discursiva e socialmente. Nesse contexto, o marco Civil da Internet, Lei 12.965, de 23 de abril de 2014, constitui-se em um avanço ao estabelecer “princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil”, esclarecendo o que é liberdade de expressão, privacidade, intimidade.

De nossa parte, nos estudos do Discurso, nossa posição científica é de esclarecer os modos de ação e reação de toda forma de preconceito, violência e discriminação no e pelo discurso, a fim de conseguirmos avançar na luta pela justiça social de modo mais efetivo, em especial, no campo da educação. Também, como uma nota de otimismo, temos insistido, em nossa prática docente, acerca da convivência pacífica entre os diferentes falares. Igualmente, visamos propor formas de regulamentação do discurso de ódio que redesenhem estratégias linguísticas, tecnológicas, políticas e educacionais para o enfrentamento desse fenômeno, defendendo, de modo irrestrito, a liberdade de expressão.

## *Referências*

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. 1. ed. Porto: Editorial Presença, 1974.
- AMOSSY, Ruth. *La coexistence dans le dissensus*. Semen, n. 31, p. 25-

- 42, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/semen/9051>. Acesso em: 18 jun. 2022.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2015.
- BAGNO, Marcos. Português brasileiro (outra vez). In: *Blog da Parábola Editorial*. 31 ago. 2017. Disponível em: <https://www.parabola-blog.com.br/index.php/blogs/portugues-brasileiro-outra-vez>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. *A modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise: pluralismo, democracia, socialismo, comunismo, terceira via e terceira força*. Brasília: Polis/UnB, 1988.
- BOUSFIELD, D. *Impoliteness in Interaction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008.
- BRASIL. *Lei 12.965, de 23 de abril de 2014*. Estabelece Princípios, Garantias, Direitos e Deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, 24 abr. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em: 18 jul. 2021.
- BUTLER, Judith. *Discurso de ódio – uma política do performativo*. São Paulo: UNESP, 2021.
- CANDIDO, Antônio. *O direito à literatura*. In: \_\_\_\_\_. *Vários Escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionaliza da língua portuguesa. In: BANHO, Marcos (org.). *Linguística da Norma*. 3.ed. São Paulo, Loyola, 2012, p. 25-34.
- CINTRA, Reinaldo Silva. *O discurso do ódio sob uma teoria performativa da linguagem*. 2012. 92 f. Monografia (Especialização) – Curso de Direito, Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CULPEPER, J. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. Cambridge/Nova Iorque: Cambridge University Press, 1993.
- FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

- FERREIRA, Anderson; BENFICA, Samine de Almeida. A violência verbal em manifestações explícitas de preconceito linguístico no Facebook: um espaço discursivo êmico. *Rev. Estud. Ling.*, Belo Horizonte, p.1519-1549, 2020.
- FERREIRA, Anderson; FERREIRA, C. S.; CHAVES, R. S. As práticas discursivas da violência nas mídias digitais: Marielle Franco, presente... no espaço discursivo êmico. *(Con)Textos Linguísticos*, v. 2, p. 59-78, 2018.
- FERREIRA, Anderson; CHAVES, Ramon Silva. A responsabilidade enunciativa no discurso escolar. *Revista Caminhos da Linguística Aplicada*. Volume 19, p. 161-184, Número 2, 2º sem 2018.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de fórmula em Análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008[1972].
- LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUCCHESI, Dante. *A periodização da história sociolinguística do Brasil*. *D.E.L.T.A.*, 33.2, p. 347-382, 2017.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. ampl. Tradução de Cecília P. de Souza e Délcio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico sobre o ethos. In: BARONAS, R. L.; MESTI, P. C.; CARREON, R. O. (org.). *Análise do Discurso: entorno da problemática do ethos, do político e de discursos constituintes*. Campinas: Pontes Editores, 2016, p. 13-33.
- MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000. 168 p.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.). *Diversidade Linguística e Ensino*. Salvador: EDUFABA, 1996. p. 19-43.

- PEVEAU, Maria-Anne. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Org. e trad. de Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. Campinas, SP: Pontes, 2021.
- POSSENTI, Sírio. *Porque (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Coleção Leituras no Brasil, 1996.
- RICO, Santiago Alba. Elogio da amabilidade, em tempos brutos. *Outras Palavras*. São Paulo, jul. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/elogio-da-amabilidade-emtempos-brutos>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- ROBINS, R. H. *Pequena História da linguística*. Tradução Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1983.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record, 2000.
- SHECAIRA, Fábio Perin. The harm in hate speech. *Teoria Jurídica Contemporânea*, 3:1, janeiro-junho PPGD/UFRJ, p. 230-237, 2018.
- WALDRON, Jeremy. *The Harm in Hate Speech*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.
- VAN DIJK, Teun. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

